

Intervenção da Presidente da ERC, Helena Sousa, na Sessão de Abertura da Conferência “Informação como bem público: Regulação Mediática e Políticas Públicas”, 3 de dezembro de 2024, Sala do Senado, Assembleia da República

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República,

Senhores Deputados e Senhoras Deputadas,

Caro Professor Josef Trappel,

Caros Convidados e Participantes,

Caros Colegas e Amigos,

Bom dia. Muito obrigada pela vossa presença.

Na Casa da Democracia, a ERC retoma as conferências anuais, **enquanto espaço de debate, aberto a todos os cidadãos.**

Saúdo todos os que se encontram nesta sala e quem nos acompanha à distância. Sejam bem-vindos à Conferência Anual da ERC!

Dá-me uma enorme alegria estar aqui hoje, na vossa companhia, para discutirmos a **Informação como Bem Público, para falarmos sobre a Regulação Mediática e sobre as Políticas Públicas para o sector da comunicação e dos média.** Bem precisamos deste exercício.

Precisamos destes encontros e destes diálogos. Precisamos de reflexão, de pensamento, de contraditório e, no essencial, precisamos de cooperação e de entreaajuda para o desenvolvimento, sólido e íntegro, de um sector que serve os consumidores e, acima de tudo, serve os cidadãos.

É a vossa presença e a vossa participação que torna possível entre encontro e lhe dá sentido. A regulação mediática diz respeito a todos.

Não poderia, em qualquer caso, avançar sem, antes de mais, reconhecer o especial apoio do Senhor Presidente da Assembleia da República para a concretização desta conferência.

Muito obrigada, Senhor Presidente, por ter acolhido esta ideia e por ter tornado possível a sua realização neste **espaço de debate e de liberdade**.

É bom estar aqui, na Sala do Senado, na primeira Conferência aberta organizada pelo atual Conselho Regulador da ERC que tomou posse há cerca de um ano.

Esta conferência, e com esta configuração, também não seria possível sem a generosidade do Professor Josef Trappel que, entre a Áustria e a China (de onde acaba de chegar), conseguiu encontrar espaço na sua agenda para nos apresentar as suas ideias sobre as transformações digitais e seu impacto no sector mediático e na esfera regulatória.

O Prof. Josef Trappel será apresentado pela Conselheira Rita Rola, a quem agradeço também o apoio.

Thank you, Professor Josef Trappel, for your kind support.

Uma palavra de reconhecimento e gratidão também para todos os convidados do sector e especialistas que aceitaram participar nos dois painéis temáticos: um sobre **A Sustentabilidade dos *media* em Portugal (e que terá lugar ainda esta manhã)** e outro sobre **Políticas de apoio à comunicação e ao jornalismo**, que ocorrerá ao princípio da tarde.

Os temas não podiam ser mais relevantes e contamos com a moderação da Conselheira Carla Martins e do Conselheiro Telmo Gonçalves. Obrigada!

O Conselho Regulador agradece também, e de modo muito particular, às senhoras e senhores deputados que conseguiram gerir o seu tempo de modo a conseguir debater o plano de ação para o setor da comunicação social em Portugal proposto pelo atual Governo e outras questões que considerem relevantes.

O apoio do estado ao sector é sempre matéria de grande sensibilidade e está a ser discutida há muito, ainda que com poucas consequências concretas. Esperamos que o debate com as senhoras e os senhores deputados, às 16h30, seja produtivo e que as palavras se transformem em escolhas e as escolhas em ações concretas no terreno. A sessão será moderada pelo Vice-Presidente da ERC, Pedro Correia Gonçalves, a quem também agradeço.

Encerraremos os nossos trabalhos às 18 horas, contando, nesta última Sessão, com uma intervenção do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Pedro Duarte.

Teremos, pois, um dia muito cheio, muito intenso...um dia para escutar, para discutir, um dia para aprender uns com os outros, para aprofundar as relações entre a ERC e as entidades que regula, os titulares de cargos públicos com responsabilidade no sector, os investigadores da área e todos os cidadãos que se preocupam com a liberdade de expressão, com o direito à informação, com a transparência e o pluralismo dos média, com a diversidade dos conteúdos, e com a capacitação de todos para interpretar os processos de mediação da realidade social e do mundo em que vivemos.

Para a ERC, este exercício de reflexão é especialmente importante porque enfrentamos todos grandes desafios do digital e das suas possibilidades e riscos, numa fase em que os instrumentos legais estão largamente ultrapassados, a insegurança jurídica é assinalável e o esforço europeu de regulação do digital está ainda em fase de implementação.

Em Portugal, é urgente um novo enquadramento legal da comunicação social para responder com rapidez e segurança jurídica. Na relação com as estruturas europeias, precisamos também de rapidez e agilidade que não temos tido, permitindo o agigantamento de empresas e redes digitais que drenam a publicidade e a atenção.

Enfrentamos todos hoje desafios novos, de grande dimensão e com impacto transversal nas mais diferentes áreas da sociedade e que exigem novas formas de pensar a regulação mediática e o setor mediático.

A eficácia da regulação depende, pois, da articulação de muitas vontades, do encontro de saberes e de múltiplas ações que, desdobrando-se, se apoiam e reforçam mutuamente. A defesa dos ideais democráticos, enquanto vivemos em democracia, é tarefa de todos e o melhor legado que podemos deixar às futuras gerações.

É no quadro destas preocupações que têm emergido um conjunto de visões alternativas ao controlo dos intermediários digitais nos termos em que operam nos nossos dias.

São visões que recentram a ideia da comunicação enquanto bem público e que conferem às autoridades públicas a responsabilidade de garantir as condições



indispensáveis para a existência de jornalismo de qualidade (garante do rigor, da diversidade e da racionalidade crítica) e de conteúdos de entretenimento assentes no reconhecimento da diferença e no desenvolvimento humano.

Não se trata, portanto, apenas de proteger os cidadãos de mentiras e de conteúdos intencionalmente manipulados;

tratar-se-á, sobretudo, de apoiar ativamente uma comunicação que – com transparência e respeito pela dignidade humana – ajude a fomentar cidadania e a fortalecer os laços comuns que protegem as democracias.

A informação é um bem público.

Muito obrigada!